

O BRASIL NA VISÃO DE FERNANDO HENRIQUE

A convite do "Estado", pensador francês entrevistado de Paris o amigo Fernando Henrique sobre os desafios do País e do mundo

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso acha que o modelo de Estado brasileiro se exauriu. "Ou se refaz o Estado, ou não se pode avançar." Em sua definição, o quadro pode ser classificado como "de bem-estar social" — um Estado forte, que não acabou com a concentração de renda. Fernando Henrique acredita na aliança que o sustenta no Congresso para realizar as reformas que levem à mudança nesse cenário, mas não subestima os obstáculos. "O grande adversário não é uma visão não-liberal do mundo; o grande adversário é uma visão conservadora, corporativista e clientelista", identifica. "Esse é o adversário real; isso passa por todos os partidos, sobretudo e paradoxalmente por setores que são de esquerda, que se apresentam como de esquerda, mas, na verdade, são bastante conservadores nas propostas de mudanças."

Foi o que ele disse ao sociólogo francês Alain Touraine, seu amigo pessoal e um dos pensadores mais respeitados da Europa, em conversa de 40 minutos mantida por telefone. A entrevista, organizada pelo Estado, estabeleceu ligação entre o gabinete de Fernando Henrique no Palácio do Planalto, em Brasília, e o de Touraine, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. No gabinete presidencial, a conversa foi acompanhada pela jornalista Cristiana Lôbo; em Paris, pelo jornalista Napoleão Sabóia.

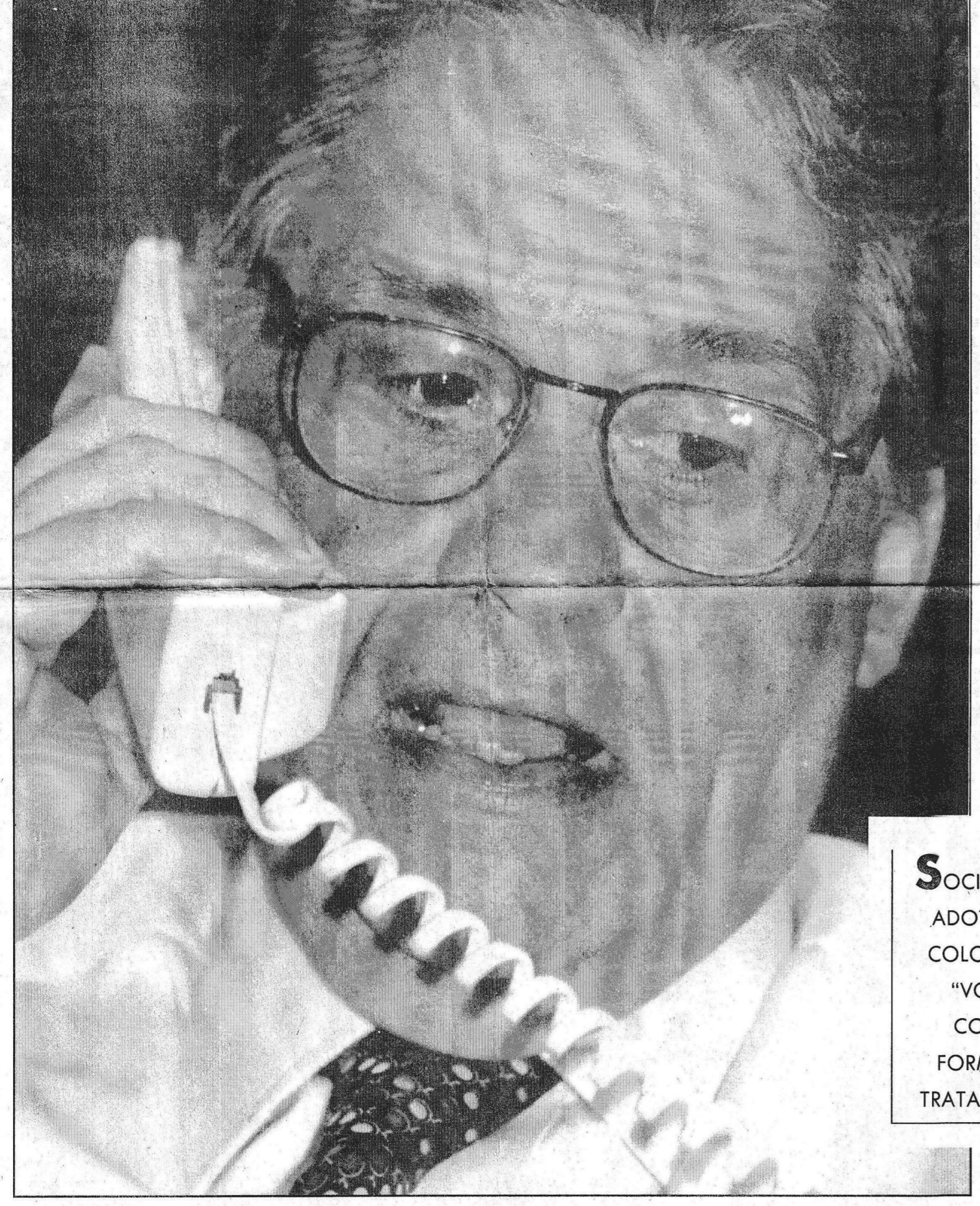
A relação entre o presidente e o sociólogo francês é antiga: graças a Touraine Fernando Henrique foi convidado a lecionar na Universidade de Nanterre, na França, em 1967 e 1968, época em que havia sido banido da vida acadêmica pelo regime militar. Professor da Sorbonne, o sociólogo francês se tornou um especialista em problemas da América Latina e especialmente do Brasil. Para aceitar o convite, o presidente fez duas exigências: que não fosse interrompido durante o telefonema por perguntas de jornalistas e que falasse em português. Logo que a ligação foi completada, os dois conversaram em francês — Touraine queria notícias da primeira-dama Ruth Cardoso. Fernando Henrique informou que ela iria à França em meados de fevereiro.

Na conversa, o presidente deixou claro que, se 1995 foi o ano das reformas econômicas, este será o da reconstrução do Estado, a qual considera essencial para o desenvolvimento de política social ativa. Para isso, acha mais difícil mudar a mentalidade da burocracia estatal do que obter os votos no Congresso para aprovar as mudanças. Conhecedor dos problemas do País, Touraine quis saber do presidente como combinar "competitividade econômica com justiça social" a partir da aliança política que lhe dá sustentação no Congresso. Fernando Henrique respondeu que desde o início rejeitou o diagnóstico e a terapia neoliberal. "É preciso haver mais mercado e mais sociedade, ou seja, mecanismos de controle de pressão social que permitam evitar os efeitos negativos do ajuste do que seja liberal puramente em termos de mercado", argumentou.

Em Paris, Touraine não desfiou o gosto pela ideia de conversar com o amigo presidente e de desempenhar o papel de entrevistador. À mão e em português, redigiu as questões que iria formular. Escreveu quatro laudas, com a ajuda de um dicionário Francês-Português. Ao telefone, sem se constranger em tratar o presidente coloquialmente por "voçê", exprimiu-se com clareza e fluência na língua do entrevistador. "O tanto de português do Brasil que tento falar, apesar de não saber muito", explicou-se, sob elogios de Fernando Henrique.



"Onde estão os obstáculos?"



"A fragilidade dos partidos faz com que o presidente assuma funções que são muito centralizadoras, muito pessoais"

forma fiscal. O que deixa uma sombra em todo o êxito do Plano Real é o fato de que ainda temos um desequilíbrio orçamentário, sobretudo nos Estados e municípios. As contas da Previdência Social são muito elevadas. Quando se faz um cálculo atuarial a médio prazo, o sistema de Previdência não se sustenta. Assim, ou levamos adiante as reformas nesses dois pontos — que permitirão depois baixar os juros e criar uma taxa de poupança e investimento mais forte — ou então ficará perceptível que o plano não se completou. Esses são os objetivos de médio prazo, no que diz respeito ao plano em seu ângulo econômico. Simultaneamente, teremos a reforma do Estado.

Touraine — O mundo vive uma competição generalizada, mas o preço social do ajuste liberal, em todos os países, é tão alto que o problema maior hoje não é entrar no sistema liberal, mas entrar numa política pós-liberal, de reconstrução de controle social. O ideal seria combinar a competitividade internacional com mais justiça social em cada nação. Como se vê, no Brasil, a possibilidade de combinar competitividade com mais justiça social? Fernando Henrique — Desde o início ni-

tuacional como as medidas provisórias — na verdade, uma forma renovada de decreto-lei. O presidente pode assinar medidas com valor de lei até que o Congresso julgue. E como o Congresso leva tempo para julgar, as mudanças são introduzidas basicamente por meio de mecanismos centralizadores, quase autoritários. Num sistema democrático, isso é um defeito. Num sistema de transição, é fundamental, porque a vontade política da maioria, por meio do presidente, pode se contrapor às fragmentações dos partidos. E de alguma maneira, essa fragmentação — que dificulta o jogo dentro do Congresso, torna tudo muito devagar — facilita o fato de o presidente poder conduzir as reformas. A situação é paradoxal, mas é assim mesmo. Mas isso não substitui outra questão que você levantou: a do Estado propriamente dito. O Estado se exauriu, pelo menos a forma que aqui se chama Estado getuliano. Por do que isso: temos aqui um problema de deficiência num país burocrático-estatal. Essa reconstrução do Estado, que é o mais difícil, é essencial para permitir uma política social ativa. Vou dar exemplos. Isso não passa pela legislação apenas, é mais complexo. Na área social: toda modificação do sistema educacional que estamos fazendo requer que a burocracia de Brasília entenda que o governo deve repassar recursos para os Estados e municípios. Mas se ele repassar esses recursos e não houver um controle social, vai acabar servindo ao clientelismo local. Temos, então, de construir mecanismos de controle direto da sociedade. Estamos dando dinheiro diretamente à diretora da escola e à associação de pais. A distribuição de ônibus escolares na zona rural agora se faz por mecanismos que implicam aumentar a participação local, inclusive da oposição, da Igreja, para fazer um plano mais racional de distribuição de recursos. Isso, na prática, significa reconstruir o aparelho do Estado. E reformar o Estado é reformar a cabeça, a mentalidade, a burocracia. Por isso, muitas vezes reclamam que a privatização vai devagar. Quando a privatização alcança as concessões de serviços públicos, ou se refaz o Estado para ter um Estado mais capaz de responder a desafios como esse que você colocou — de uma sociedade que não deixe tudo simplesmente por conta do mercado — ou não se pode avançar. Essa é a dificuldade, muito grande, dentro da própria máquina estatal. É maior do que as dificuldades que eu tenho no Congresso para fazer com que os partidos apoiem as reformas.

Touraine — Outro aspecto é que as reformas sociais não se fazem sozinhas, supõem, em geral, uma pressão direta. O que se vê, no mundo inteiro, é que são as classes médias, privadas ou públicas, que têm melhor capacidade de ação política, de pressão. Isso se vê na França...

Fernando Henrique — Ah, na França, dramaticamente...

Touraine — Sim. Agora, como se pode aumentar a capacidade de influência e pressão das camadas pobres? Quais são as forças que podem apoiar essas iniciativas do governo? Qual a dinâmica social de um processo de reformas? Como se pode realizar reformas numa sociedade com grupos e interesses corporativistas tão fortes?

Fernando Henrique — São dois lados da questão. Um lado é que existe alguma ação direta das populações pobres, que no caso do Brasil está sob influência dos partidos que estão contra as reformas. Embora esteja já a favor dos pobres, eles geralmente acreditam que as reformas são contra os pobres. Eu acho que não. Por outro lado, há aqui o sentimento — e essa é a dificuldade — que é difuso, é vago, a favor das reformas. Como é difícil esse sentimento se manifestar? Basicamente nos meios de comunicação. Numas sociedades como a nossa, heterogênea e complexa, você conhece bem, nesse ângulo é altamente moderna, ou seja, todo mundo sabe o que está acontecendo. É uma sociedade de poder que está com os olhos na sociedade, mas é a sociedade que está, toda, olhando para o poder. Então, com muita rapidez as informações fluem e há um mecanismo — que não é regular, organizado — de sociedade mais tradicional. A sociedade está como num sistema de feedback de computador. Isso pressiona o governo e o Congresso. Quando você comete um erro, mesmo que não exista um grupo organizado, preparado para reagir, eles emitem sinais. É mais uma análise sociológica, que mostra como isso está se desenvolvendo aqui no Brasil, que é diferente do México. Lá é mais organizado em termos de controle do Estado sobre a sociedade, controle sobre a opinião. Aqui não. Aqui a opinião tem uma fluidez imensa. É por aí que, ou você acerta, digamos que simbolicamente, a direção que a sociedade deseja, ou então você imediatamente recebe o feedback negativo, que está indo mal...

Touraine — Em minhas últimas visitas ao Brasil, o que me chamou a atenção foi que a política forte supõe grande capacidade de decisão central...

Fernando Henrique — Exatamente... Touraine — ...mas houve uma debilitação da administração pública nos últimos anos, especialmente nas áreas de políticas sociais. Tenho a opinião de que as iniciativas de um presidente são limitadas pela ausência de partidos fortemente organizados. E pela força dos Estados e municípios. Onde estão os obstáculos do sistema institucional do País? Fernando Henrique — Na verdade, a fragilidade dos partidos faz com que o presidente assumira funções que são muito centralizadoras, muito pessoais. É quase como se fosse um poder imperial. O difícil é equilibrar o jogo de poder muito grande do Executivo, que dispõe, ainda hoje, de uma ação consti-

SOCIÓLOGO
ADOTOU O
COLOQUIAL
"VOÇÊ"
COMO
FORMA DE
TRATAMENTO

tuacional como as medidas provisórias — na verdade, uma forma renovada de decreto-lei. O presidente pode assinar medidas com valor de lei até que o Congresso julgue. E como o Congresso leva tempo para julgar, as mudanças são introduzidas basicamente por meio de mecanismos centralizadores, quase autoritários. Num sistema democrático, isso é um defeito. Num sistema de transição, é fundamental, porque a vontade política da maioria, por meio do presidente, pode se contrapor às fragmentações dos partidos. E de alguma maneira, essa fragmentação — que dificulta o jogo dentro do Congresso, torna tudo muito devagar — facilita o fato de o presidente poder conduzir as reformas. A situação é paradoxal, mas é assim mesmo. Mas isso não substitui outra questão que você levantou: a do Estado propriamente dito. O Estado se exauriu, pelo menos a forma que aqui se chama Estado getuliano. Por do que isso: temos aqui um problema de deficiência num país burocrático-estatal. Essa reconstrução do Estado, que é o mais difícil, é essencial para permitir uma política social ativa. Vou dar exemplos. Isso não passa pela legislação apenas, é mais complexo. Na área social: toda modificação do sistema educacional que estamos fazendo requer que a burocracia de Brasília entenda que o governo deve repassar recursos para os Estados e municípios. Mas se ele repassar esses recursos e não houver um controle social, vai acabar servindo ao clientelismo local. Temos, então, de construir mecanismos de controle direto da sociedade. Estamos dando dinheiro diretamente à diretora da escola e à associação de pais. A distribuição de ônibus escolares na zona rural agora se faz por mecanismos que implicam aumentar a participação local, inclusive da oposição, da Igreja, para fazer um plano mais racional de distribuição de recursos. Isso, na prática, significa reconstruir o aparelho do Estado. E reformar o Estado é reformar a cabeça, a mentalidade, a burocracia. Por isso, muitas vezes reclamam que a privatização vai devagar. Quando a privatização alcança as concessões de serviços públicos, ou se refaz o Estado para ter um Estado mais capaz de responder a desafios como esse que você colocou — de uma sociedade que não deixe tudo simplesmente por conta do mercado — ou não se pode avançar. Essa é a dificuldade, muito grande, dentro da própria máquina estatal. É maior do que as dificuldades que eu tenho no Congresso para fazer com que os partidos apoiem as reformas.

Touraine — Agora gostaria de falar no nível internacional... Fernando Henrique — Antes disso, tenho algo que considero importante. É que por causa dos excluídos, de muita ênfase à questão da reforma agrária. Realmente assentamos 40 e poucas mil famílias no ano passado e a média histórica é de 16 mil. Não tem nenhum efeito econômico, é um efeito meramente social.

Touraine — No nível internacional, minha maior preocupação é que é pouco provável que o mundo venha a conhecer um modelo único — seja americano, asiático etc. Na Europa se intenta manter um Estado benfeitor. Pode existir um modelo latino-americano, ou um modelo brasileiro, ou um modelo Mercosul? Qual é a posição do Brasil diante dos problemas geopolíticos, geoculturais, e a que ponto se pode tomar iniciativas tão gerais? Qual será o papel do Brasil na criação de um possível modelo latino-americano? Qual a visão que o Brasil tem a respeito, ou pensa que não se pode chegar a tal ponto de integração dos vários segmentos de uma política?

Fernando Henrique — Estive recentemente na China, na Malásia, e estou indo à Índia. Conversei muito sobre essas questões. Aqui no Brasil, que você conhece tão bem, e na América Latina, temos problemas tremendos, como a Ásia tinha, de distribuição de renda, de marginalização, de desequilíbrios culturais, etc. No modelo asiático, o que eles fizeram? Politicamente quase todos autoritários, deram muita ênfase ao social, principalmente à saúde e à educação, à poupança forçada, com o Estado atuando fortemente. Na Europa, o oposto: a tentativa de diminuir a ação do Estado, mas com ênfase no bem-estar social. Aqui parece que temos, ao lado das desigualdades, uma diferença fundamental em relação à Ásia: nosso modelo de organização político-cultural é ocidental. Mas há duas diferenças individuais. Isso não vai mudar. Mas a questão é outra: um Estado que eu definiaria de mal-estar social, forte, que não acabou com a concentração de renda e distribuiu tal mal seus recursos. Temos de corrigir esse Estado. Difícilmente chegaremos a um Estado, digamos, tipo o que é até hoje a França ou o que foi a Inglaterra. Mas também não é possível chegar nem ao modelo asiático, nem ao modelo americano, baseado nas forças do individualismo possessivo. De fato, existem algumas características que acho que podem criar um modelo econômico e cultural que acabe distinguindo a América Latina, de conciliar, numa economia globalizada, sua herança histórica-cultural. De alguma maneira, não haverá tanta homogeneização como se supõe, pela globalização da economia, e acho que devemos tirar partido disso. Acho que devemos utilizar essas variáveis peculiares de maneira inteligente, que permita resolver os problemas daqui.

Touraine — Do ponto de vista europeu, é evidente que a Europa precisa ter um papel importante no Mediterrâneo. Mas é sobretudo importante pelos países da União Européia aproximar-se mais, talvez não de toda a América Latina, mas sim do Mercosul e, especialmente, do Brasil. Quais são as possibilidades de aproximação mais rápida da União Européia e do Brasil depois da reunião de Madri?

Fernando Henrique — Tive uma conversa com o primeiro-ministro da Alemanha (Helmut Kohl) muito interessante sobre isso. Ele fez uma comparação: "Aqui na Europa, a relação entre Alemanha e França permitiu a estabilização da União Européia. Na América do Sul, a relação entre Brasil e Argentina, uma vez estabilizada, permite uma integração mais tranquila." Isso é verdade. O ponto de partida foi a relação entre Brasil e Argentina e agora a incorporação do Uruguai e Paraguai na ideia do Mercosul. Eu penso muito em termos de América Latina, mas de América do Sul. Primeiro pelas nossas circunstâncias geográficas, segundo porque houve uma mudança importante no Brasil na globalização. Passamos de uma visão de autarquia para uma visão de complementaridade. Passamos a comprar petróleo da Argentina. Agora mesmo mandei comprar petróleo da Venezuela. Um bilhão por nós como uma visão estratégica. Não vamos apenas aumentar o comércio. E também em termos de uma visão de como vai ser o relacionamento de poder no mundo. Acho que isso foi um passo importante e dá uma perspectiva de futuro de maior

Touraine — Voltando ao problema das reformas em geral, é possível dar prioridade a um problema? Lembro uma discussão que tivemos uma vez se a prioridade deve ser da educação básica ou da saúde pública. É possível ou não é possível, no momento atual do Brasil? Você acha que deve ser feito um esforço particular, prioritário, na área da saúde, da habitação, da educação ou deve ser dada a mesma importância a todas as frentes?

Fernando Henrique — Não. Acho que é preciso dar uma importância básica à educação. Pelo menos é o que temos feito aqui. Assim que assumi o governo, fui dar uma aula numa escola primária...

Touraine — Porque uma melhor educação permite mudar condutas, aumentar iniciativas?

Fernando Henrique — Exatamente. Por essa razão acho que a educação é a variável-chave. Nós dobramos os gastos com saúde no ano passado e é importante continuar mantendo isso, mas se não houver uma mudança na educação, as pessoas não terão capacidade de demandar, de se organizar, de definir melhor seus interesses. Neste ano de 1996 a prioridade é educação, no ensino fundamental. Mandamos para o Congresso uma proposta de modificação da Constituição para permitir a utilização dos recursos da educação basicamente na escola fundamental, inclusive aumentando o salário do professor da escola primária. Isso eu acho uma verdadeira revolução. Claro que uma revolução branca e que demora tempo para sentir seus efeitos. O problema é que nada disso, na área social, é espetacular.

Touraine — Agora gostaria de falar no nível internacional...

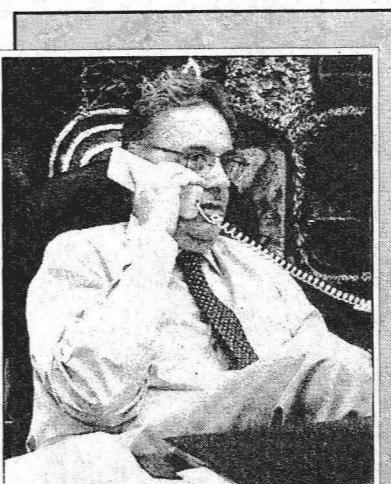
Fernando Henrique — Antes disso, tenho algo que considero importante. É que por causa dos excluídos, de muita ênfase à questão da reforma agrária. Realmente assentamos 40 e poucas mil famílias no ano passado e a média histórica é de 16 mil. Não tem nenhum efeito econômico, é um efeito meramente social.

Touraine — No nível internacional, minha maior preocupação é que é pouco provável que o mundo venha a conhecer um modelo único — seja americano, asiático etc. Na Europa se intenta manter um Estado benfeitor. Pode existir um modelo latino-americano, ou um modelo brasileiro, ou um modelo Mercosul? Qual é a posição do Brasil diante dos problemas geopolíticos, geoculturais, e a que ponto se pode tomar iniciativas tão gerais? Qual será o papel do Brasil na criação de um possível modelo latino-americano? Qual a visão que o Brasil tem a respeito, ou pensa que não se pode chegar a tal ponto de integração dos vários segmentos de uma política?

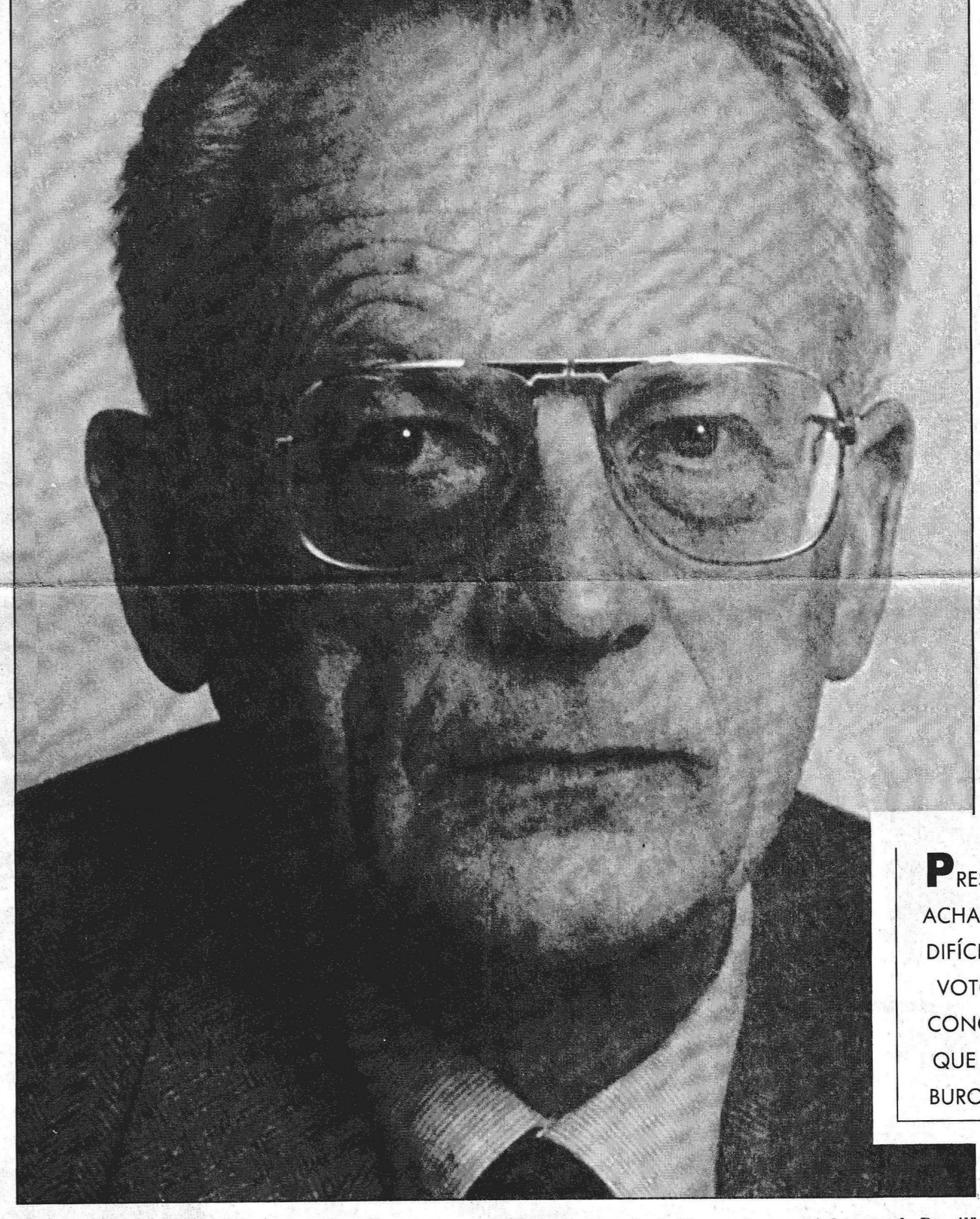
Fernando Henrique — Estive recentemente na China, na Malásia, e estou indo à Índia. Conversei muito sobre essas questões. Aqui no Brasil, que você conhece tão bem, e na América Latina, temos problemas tremendos, como a Ásia tinha, de distribuição de renda, de marginalização, de desequilíbrios culturais, etc. No modelo asiático, o que eles fizeram? Politicamente quase todos autoritários, deram muita ênfase ao social, principalmente à saúde e à educação, à poupança forçada, com o Estado atuando fortemente. Na Europa, o oposto: a tentativa de diminuir a ação do Estado, mas com ênfase no bem-estar social. Aqui parece que temos, ao lado das desigualdades, uma diferença fundamental em relação à Ásia: nosso modelo de organização político-cultural é ocidental. Mas há duas diferenças individuais. Isso não vai mudar. Mas a questão é outra: um Estado que eu definiaria de mal-estar social, forte, que não acabou com a concentração de renda e distribuiu tal mal seus recursos. Temos de corrigir esse Estado. Difícilmente chegaremos a um Estado, digamos, tipo o que é até hoje a França ou o que foi a Inglaterra. Mas também não é possível chegar nem ao modelo asiático, nem ao modelo americano, baseado nas forças do individualismo possessivo. De fato, existem algumas características que acho que podem criar um modelo econômico e cultural que acabe distinguindo a América Latina, de conciliar, numa economia globalizada, sua herança histórica-cultural. De alguma maneira, não haverá tanta homogeneização como se supõe, pela globalização da economia, e acho que devemos tirar partido disso. Acho que devemos utilizar essas variáveis peculiares de maneira inteligente, que permita resolver os problemas daqui.

Touraine — Do ponto de vista europeu, é evidente que a Europa precisa ter um papel importante no Mediterrâneo. Mas é sobretudo importante pelos países da União Européia aproximar-se mais, talvez não de toda a América Latina, mas sim do Mercosul e, especialmente, do Brasil. Quais são as possibilidades de aproximação mais rápida da União Européia e do Brasil depois da reunião de Madri?

Fernando Henrique — Tive uma conversa com o primeiro-ministro da Alemanha (Helmut Kohl) muito interessante sobre isso. Ele fez uma comparação: "Aqui na Europa, a relação entre Alemanha e França permitiu a estabilização da União Européia. Na América do Sul, a relação entre Brasil e Argentina, uma vez estabilizada, permite uma integração mais tranquila." Isso é verdade. O ponto de partida foi a relação entre Brasil e Argentina e agora a incorporação do Uruguai e Paraguai na ideia do Mercosul. Eu penso muito em termos de América Latina, mas de América do Sul. Primeiro pelas nossas circunstâncias geográficas, segundo porque houve uma mudança importante no Brasil na globalização. Passamos de uma visão de autarquia para uma visão de complementaridade. Passamos a comprar petróleo da Argentina. Agora mesmo mandei comprar petróleo da Venezuela. Um bilhão por nós como uma visão estratégica. Não vamos apenas aumentar o comércio. E também em termos de uma visão de como vai ser o relacionamento de poder no mundo. Acho que isso foi um passo importante e dá uma perspectiva de futuro de maior



"Ou somos ocidentais, ou nada"



"É sumamente importante pelos países da União Européia aproximar-se mais do Mercosul e, especialmente, do Brasil"

Fernando Henrique — Tive uma conversa com o primeiro-ministro da Alemanha (Helmut Kohl) muito interessante sobre isso. Ele fez uma comparação: "Aqui na Europa, a relação entre Alemanha e França permitiu a estabilização da União Européia. Na América do Sul, a relação entre Brasil e Argentina, uma vez estabilizada, permite uma integração mais tranquila." Isso é verdade. O ponto de partida foi a relação entre Brasil e Argentina e agora a incorporação do Uruguai e Paraguai na ideia do Mercosul. Eu penso muito em termos de América Latina, mas de América do Sul. Primeiro pelas nossas circunstâncias geográficas, segundo porque houve uma mudança importante no Brasil na globalização. Passamos de uma visão de autarquia para uma visão de complementaridade. Passamos a comprar petróleo da Argentina. Agora mesmo mandei comprar petróleo da Venezuela. Um bilhão por nós como uma visão estratégica. Não vamos apenas aumentar o comércio. E também em termos de uma visão de como vai ser o relacionamento de poder no mundo. Acho que isso foi um passo importante e dá uma perspectiva de futuro de maior

SOCIÓLOGO
FOI O
RESPONSÁVEL
POR CONVITE
PARA LECIONAR
NA FRANÇA EM
67 E 68

Brasil e Argentina. Bem, tem essa proposta americana de uma zona de livre comércio hemisférica e temos o Nafta, que organiza o Norte do hemisfério. Mas não queremos fazer a integração hemisférica em detrimento da nossa capacidade de relacionamento com outros blocos. A Europa para nós, nesse ponto, é central. Então o Tratado de Madri e a relação da União Européia com o Mercosul nos dão muito mais amplitude na nossa ação internacional. E também pela razão que mencionamos há pouco: nosso modelo cultural tem essa diversidade, algo coisa do que é a Europa. É mais familiar a nós do que existe na Ásia ou mesmo do que existe na América do Norte. Isso me parece que do ponto de vista de política internacional e de elementos não-econômicos, mas que tem efeitos sobre o econômico, é fundamental. A ligação entre União Européia e Mercosul foi vista por nós como uma visão estratégica. Não vamos apenas aumentar o comércio. E também em termos de uma visão de como vai ser o relacionamento de poder no mundo. Acho que isso foi um passo importante e dá uma perspectiva de futuro de maior

Fernando Henrique — É o mais banal de todos. É o fato de que, efetivamente, muita coisa depende do presidente. E como hoje temos um tipo de Presidência ao mesmo tempo fragilizada pela inexistência de estrutura partidária e, paradoxalmente, forte por isso mesmo, o presidente tem de criar novos papéis para ele. Uma parte é simbólica. Ele tem, de alguma maneira, de não deixar se confundir com seu partido, por exemplo. A outra é que ao mesmo tempo ele é chefe de governo. Então, tem de estar administrando. Outra ainda é que ele é chefe político. Ou seja, ele tem de ficar o tempo todo prestando atenção ao que acontece no Congresso, negociando, e é intransferível esse tipo de papel. Andei lendo algumas coisas sobre o presidente Mitterrand (François Mitterrand, presidente da França morto recentemente), li alguma coisa sobre o rei da Espanha (Juan Carlos), sobre Felipe Gonzalez (primeiro-ministro da Espanha), e vi que em toda parte é o mesmo problema. Conversei também com o Clinton (Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos) sobre essa questão. Existem papéis novos. Parece que os atores, ao invés de se multiplicar simbolicamente, se concentraram no mundo contemporâneo. E talvez os meios de comunicação tenham um papel grande nisso. Então, o presidente passa a assumir funções para as quais ele não estava preparado, de ator no sentido simbólico, de ter um desempenho pessoal muito presente em tudo. As pessoas criticam por ele estar presente e por ele não estar presente. Existe aí um desafio quase que de papel sociológico do chefe de governo e do chefe de Estado. Não é fácil, não. Eu digo sempre que é fácil governar o Brasil, mas não é fácil ser presidente do Brasil desse ponto de vista.

Touraine — Você virá à França? Fernando Henrique — Irei à França, acho que no fim de maio...

Touraine — Você espera por uma iniciativa francesa, ou uma iniciativa conjunta de Brasil e França, em favor da integração com o Mercosul?

Fernando Henrique — Acho que sim, porque é a primeira vez que irei a um país da Europa depois do Tratado de Madri. Eu passei um dia em Madri para assinar o tratado. E como haverá, em seguida, a reunião do G-7 (Grupo dos Sete, formado pelos países mais ricos do mundo), e sobretudo como essa reunião vai tratar dos capitais especulativos, acredito numa iniciativa conjunta, talvez brasileiro-francesa-canadense. O primeiro-ministro do Canadá (Jean Chrétien) conversou muito comigo sobre isso. Eu mandei uma carta a cada um dos presidentes do G-7 sobre essa questão e acho que é uma excelente oportunidade de mostrar a relação entre Mercosul e Europa de uma maneira concreta. É muito mais do que uma relação apenas bilateral Brasil-França — que em si já é importante —, mas ainda porque a presença francesa, em termos econômicos, está decaindo no Brasil. Acho que a gente precisa dar uma volta nisso. Mas além disso acho que devemos ter uma presença política mais coordenada. Será uma excelente oportunidade.

Touraine — Acho que é uma boa oportunidade para uma iniciativa francesa, e talvez europeia em geral, mudando a visão do Brasil. A realidade é de uma grande potência, de um ator importante nos assuntos mundiais. Acho que seria importante que você tenha a possibilidade concreta de entrar em contato com os meios de opinião pública para mudar profundamente, e de maneira decisiva, a imagem do Brasil e do continente. Fernando Henrique — Ótimo.

Touraine — Bem, esta foi uma boa oportunidade... Fernando Henrique — Se não nos encontrarmos antes, em maio nos veremos aí... Touraine — Sim, sim. Fernando Henrique — Mas gostaria de cumprimentá-lo por seu português. Está perfeito.

Touraine — É que gosto muito do português brasileiro, apesar de não falar muito. Fernando Henrique — Outra coisa: talvez você tenha incorporado o termo "fazeremos" antes do seu. Então você virá aqui para conversar conosco.

Touraine — Quando será? Fernando Henrique — Não está marcado ainda, será este ano.

Touraine — Está bem, obrigado. Até logo. Fernando Henrique — Grande abraço.

Touraine — Para terminar, gostaria de voltar a falar ao sociólogo. Qual é o aspecto mais incorporado e mais difícil de resolver na tarefa de um presidente? Como o sociólogo vê o presidente do Brasil?